Geografias imaginativas e mitos auríferos no Brasil Setentrional

(Capitania do Ceará Grande – séc. XVIII)

Imaginative geographies and auriferous myths in Northern Brazil –

(Capitaincy of Ceará Grande XVIIIth century)

Antonio José Alves de Oliveira

E-mail: ajalvoliveira@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo investigar a produção e permanência de um aspecto da geografia imaginativa acerca do Brasil Setentrional, e mais especificamente acerca da Capitania do Ceará Grande na segunda metade do século XVIII. Tal produção foi enredada através de relatos, memórias filosóficas de naturalistas, narrativas de moradores, viajantes e administradores coloniais. Tais narrativas acabaram por se entrelaçar e revigorar a produção e difusão dos mitos auríferos dos sertões da América portuguesa até o final do século XIX, quando uma outra geografia imaginativa acerca daqueles sertões tomaria o seu lugar.

Palavras – Chave: geografias imaginativas; América portuguesa; mitos auríferos.

ABSTRACT

The present article aims to investigate the production and permanence of an aspect of the imaginative geography about the northern Brazil, mainly the Capitaincy of Ceará Grande in the second part of the XVIIIth century. This process was ensnared through accounts, naturalists philosophical memories and mainly through inhabitants, travellers and colonial managers narratives. These narratives were intertwined and revigorated the production and difusion of the auriferous myths of the portuguese America backlands until the end of the XIXth century, when another imaginative geography about those backlands would take its place.

Key-words: imaginative geographies; portuguese America; auriferous myths.

Não he menos vulgar a notícia de se encontrar este precioso Metal em outros sítios na continuação desta Cadêa de montes até a Serra denominada a Grande¹

Na porção setentrional da América portuguesa, as investigações acerca de minérios, e em especial os minérios auríferos remontam às buscas efetuadas já na primeira metade do século XVI. Dentre outras razões, tais empreitadas investigativas se davam por conta de certa geografia fantástica difundida entre navegadores e aventureiros quinhentistas, e ainda por certa ideia da configuração geográfica da porção da América que pertencia à Coroa lusitana. Os mitos geográficos dos sertões ocidentais, como os concebe Sérgio Buarque de Holanda, são entendidos como um conjunto de relatos que no Quinhentos faziam referência a reinos áureos ou argênteos, como o do Dourado, de Omágua e de Manoa, e ainda muitos outros que foram repontando ao longo do século XVI que acabavam por atizar a cobiça de soldados e aventureiros. Na realidade, como explicita Holanda, o simples atrativo do ouro, e em menor proporção o da prata “segundo o exemplo de Potosi, bastaria, independentemente de qualquer elemento fantástico, para autorizar o longo prestígio alcançado por uma região imprecisa, onde depoimentos dos índios faziam presumir que comportava abundantes jazidas de metal precioso”². Para Sérgio Buarque, no século XVI “não era necessária qualquer fantasia aventureira, senão uma crédula e precavida curiosidade, explicável em terra de recente conquista e onde tudo era surpresa”³.

O que se faz interessante notar em fins do século XVIII em relação à Capitania do Ceará Grande é a forma como tais mitos geográficos atravessaram os séculos. Isso se deu principalmente através de uma intrincada rede de boatos, rumores e pequenos indícios que acabaram por mantê-los no horizonte e na expectativa de enriquecimento de aventureiros, dos moradores e mesmo nas projeções e planejamentos de forma mais institucionalizada por parte da Coroa lusitana desde meados do século XVIII e princípios do século XIX⁴. Região de “passagem” para o Estado do Maranhão no século XVII, região bravia em relação ao mundo natural e seus habitantes originais ao longo do século XVIII quando da expansão da pecuária, remanesce uma curiosidade acerca de riquezas minerais, alimentada por notícias e relatos das

1 Memória sobre as antigas Lavras do Ouro da Mangabeira da Capitania do Siará. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: ANNO 26, 1912, p. 367.

2 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos do Descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 45. (1ª edição, 1959).

3 Idem, p. 48.

4 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. Principalmente os capítulos III e IV: Peças e Pedras; O outro Peru. pp. 43 – 131.

populações locais. Tais notícias passam a ser sistematicamente investigadas no último quartel do século XVIII pela Coroa portuguesa, enredada nos mitos auríferos dos sertões e em uma certa geografia imaginativa residual dos tempos da “conquista”.

Nas primeiras décadas do século XIX, a presença de um naturalista, o sargento-mor João da Silva Feijó na Capitania do Ceará Grande se torna parte desse processo de investigação de forma mais institucional por parte da Coroa portuguesa. Tal processo é evidenciado nas missivas trocadas entre o naturalista e as principais autoridades do reino e da Capitania, como Dom Rodrigo de Sousa Coutinho e o chefe de Esquadra e primeiro governador-geral da Capitania, Bernardo Manoel de Vasconcellos. Da mesma forma, respondem e são aportes da construção e constante reconfiguração de uma geografia imaginativa da Capitania do Ceará, tecida através uma série de representações escritas e cartográficas, por meio dos relatos, das relações descritivas dos ouvidores e capitães-mores, da elaboração de representações da costa e pela produção cartográfica dos “dilatados sertões” da Capitania, e ainda, nas primeiras décadas do século XIX por meio das narrativas de viagens de exploradores, naturalistas e comerciantes estrangeiros. Essa geografia imaginativa iria permanecer no horizonte de viajantes e administradores coloniais até o último quartel do século XIX, quando com a calamitosa seca de 1777-79 as chocantes narrativas sobre o mundo natural e o mundo social construiriam um outro referencial para entender e projetar ações naquele espaço.

Dos “dilatados sertões” da América portuguesa: A Capitania do Ceará Grande

A conquista e efetiva colonização da costa litorânea que passou a corresponder à Capitania do Ceará é bastante tardia em relação às demais. Somente nas primeiras décadas do século XVII os primeiros contingentes portugueses foram enviados, e isso com o intuito de erigir uma fortificação estratégica que pudesse servir de apoio logístico no que trata às aguadas, suprimentos e manutenção das embarcações que rumavam ao Estado do Maranhão. Essas expedições militares ao longo do século XVII se restringiram basicamente ao litoral e resultaram no estabelecimento de alguns poucos fortins de taipa à beira-mar, incluindo-se aí as próprias construções holandesas em meados desse mesmo século. Além destas ocupações de caráter militar, não menos incisiva ao longo do século XVII foi a presença de missionários, principalmente na serra de Ibiapaba nas imediações da Capitania do Piauí, que além de ser uma forma de lidar com as populações locais, acabou por ser de grande importância

estratégica para o auxílio da conquista e defesa do Estado do Maranhão, que nas primeiras décadas do século XVII, na ótica dos portugueses estava em risco por conta da presença constante de franceses naquelas paragens⁵.

Posterior à Restauração do reino português em 1640, às guerras do açúcar na segunda metade do século XVII na porção setentrional da América portuguesa e a capitulação dos holandeses, deu-se o avanço da pecuária de caráter extensivo rumo aos sertões⁶, e com isso o forte atrito com as populações indígenas então ali residentes. A partir de fins do século XVII também se deu aquilo que Vitorino Magalhães Godinho chamou de “viragem estrutural” do Império para suas possessões na América, ou seja, o “processo de atlantização do Império lusitano, de onde passariam a provir a maior parte dos recursos que sustentavam a monarquia⁷”. Nesse sentido, ainda em fins do século XVII e primeira metade do século XVIII, o forte atrito com as comunidades indígenas com criadores de gado acabou por delinear no horizonte um conflito de grandes proporções, onde se deu uma verdadeira guerra de extermínio, conhecida na época como “Guerra dos Bárbaros”.

Tal guerra de extermínio dividiu-se ainda em dois grandes momentos, a Guerra do Recôncavo (1651 – 1679), e a Guerra do Açu (1680 – 1720). É nos meandros da Guerra do Açu que as populações indígenas residentes ao longo do curso do rio Jaguaribe, na Capitania do Ceará Grande, passam a ser apossadas por terços, bandeiras e ordenanças, mormente por parte dos paulistas, que, aparte as discussões de jurisdição no próprio Estado do Brasil entre Pernambuco, Bahia e Rio Grande, se mostravam ávidos e resolutos na “conquista” de terras e homens a serem escravizados em nome da Coroa lusitana. Sob a égide da “guerra justa”, transformavam em letra morta as proibições régias de aprisionamento do gentio⁸.

Dessa maneira, somente em fins do século XVII, com a expansão da pecuária, os

5 Acompanho principalmente aqui GOMES, José Eudes. *As milícias del Rey: Tropas militares e poder no Ceará Setecentista*. FGV Editora: Rio de Janeiro, 2010.

6 O termo sertão, quando aparece em seus primeiros registros acerca da América portuguesa referia-se aos lugares mais distantes do litoral, somente mais tarde foi lhe acrescentada a acepção de “grande vazio inculto e desabitado”. Por outro lado, sertão estaria ainda assimilada à ideia de natureza rebelada, “que poderia servir de freio aos ímpetos de enriquecimento fácil. Otaviano Vieira Jr. ressalta que, no que concerne à Capitania do Ceará, as autoridades coloniais destacavam o tamanho e a natureza do sertão como um impedimento para uma melhor administração. VIEIRA JR., Otaviano. *Entre Paredes e Bacamartes: História e Família no Sertão (1780 – 1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; HUCITEC, 2004, pp. 23 – 24.

⁷ In: GOMES, José Eudes. Op. Cit. 96,

8 PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Resistência indígena e conflitos no Nordeste Colonial*. São Paulo: HUCITEC, 2002. Puntoni também percebe e discute as reverberações e dissonantes interpretações das legislações de proteção ao gentio, principalmente a complexidade das leis de 1611 de proibição da escravização indígena, e àquilo que ela concerne à possibilidade da escravização indígena em guerra com os vassallos da Coroa lusitana, sob a égide da infame *guerra justa*.

sertões da porção setentrional da América portuguesa passam a ser devassados regularmente por contingentes luso-brasileiros. No século XVII, a “territorialização do poder” da Coroa portuguesa se dá através da distribuição de patentes militares, títulos de cunho simbólico, como as ordens militares, e principalmente através da doação de sesmarias. No entanto, havia um imperativo para essa negociação de terras, patentes e títulos junto a Coroa portuguesa, o efetivo domínio e colonização se daria através de sangrentas batalhas incentivadas pela Coroa. Uma longa guerra que ganha contornos institucionais, quando as próprias orientações enviadas através das ordens régias são radicalmente modificadas em favor do imperativo do povoamento por contingentes vassallos da Coroa portuguesa.

Assim, a maior preocupação do corpo administrativo da Coroa portuguesa em relação aos sertões da porção setentrional da América portuguesa nesse momento, era a de fazer com que a terra fosse ocupada por vassallos que viessem a torná-la produtiva. Dessa forma, a prática estabelecida em relação às doações de sesmarias por parte dos capitães mores da Capitania do Ceará, foi sua doação e só posteriormente o pedido da confirmação, atribuição da administração sediada na Capitania-Geral de Pernambuco. Os Capitães-mores da Capitania do Ceará, dessa forma, atropelavam a legislação e as ordens régias distribuindo terras sem a autorização e anuência do poder real.

No entanto, como se tratava de uma expansão dos domínios e da vassalagem em terras de pouco conhecimento e exploração por parte da administração colonial, tal prática foi largamente aceita, sendo que em dezembro de 1715 é enviada nova ordem régia ao governador-geral de Pernambuco, revogando as atribuições anteriores e tornando lícita a prática dos capitães-mores do Ceará⁹. A legislação era burlada, segundo Francisco Pinheiro, atentando para as adequações e os imperativos locais, mas principalmente com o interesse na produção de novos vassallos e na própria expansão das terras sob o efetivo domínio da Coroa portuguesa. No entanto, o grande empecilho nesse momento, com o avanço das atividades pecuárias, na ótica dos governadores e capitães-mores, eram as “hostilidades dos tapuias”. A estratégia adotada pelos conquistadores então, seria o que chamavam de “limpeza da terra”, a expulsão e mesmo o extermínio dos indígenas do território.

Em Carta endereçada ao reino enviada pela Câmara de Aquiraz, em fevereiro de 1704, o alarmismo enfatizado pelos integrantes da Câmara insiste em uma tomada de posição energética frente aos grupos indígenas, afirmando que “por todos estes fundamentos para a

9 Ordem Régia de 22 de dezembro de 1715. in: PINHEIRO, Francisco José. *Notas sobre a formação social do Ceará (1680 – 1720)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008, pag. 124.

conservação desta Capitania será Vossa majestade servido destruir estes bárbaros para que fiquemos livres de tão cruel jugo.” No entanto, é na Ordem Régia de abril de 1708, enviada ao Governador da Bahia, Luís César de Menezes, que fica evidente o procedimento a ser adotado pelas tropas enviadas ao combate do “gentio levantado”, em tal missiva D. João V decide que:

animando-se os gentios a empreender novas tiranias além das que tem obrado contra aqueles moradores, chegando sua fereza não só a se atreverem a injuriar a muitos nas suas pessoas, mas ainda na honra de suas mulheres e filhas, matando muitos e obrigando alguns a contribuições a que se sujeitaram por não caírem na sua indignação, se faça guerra a todas as nações dos índios de corso, entrando-se por todas as partes, assim pelo sertão desta capitania, (Baía) como pela Pernambuco, Ceará e Rio Grande, para que não possam escapar uns sem caírem nas mãos dos outros, e devidendo-se as tropas que forem a esta expedição saindo para o sertão por todas as partes, certissimamente hão de encontrar com o tal inimigo, e encorporando-se umas com outras farão mais formidáveis o nosso poder e mais seguro o estrago desses contrários. E para que se animem os que forem a essa empresa, hei por bem de declarar que não só hão de matar a todos os que lhe resistirem, mas que hão de ser captivos os que se lhe renderem¹⁰.

Antonio Bezerra, no levantamento de copiosa documentação sobre a conquista e efetiva colonização da Capitania, acaba por levantar evidências que apontam que até aproximadamente finais da década de 70 do século XVII, na Capitania do Ceará só eram habitados os presídios de Fortaleza, e pontos circunvizinhos da costa, sublinhando, no entanto, a ideia de que habitar nesse contexto seria: “viver em paz o colono sem os sustos dos que assistiam nas casas-fortes guardadas por gente armada para a defesa dos tapuios¹¹.”

No que trata especificamente a Guerra de extermínio na Capitania do Ceará, Bezerra aponta ainda para a Carta Régia de 27 de março de 1715, endereçada ao governador de Pernambuco, D. Lourenço de Almeida, na qual D. João V reafirma as ações do seu antecessor Félix José Machado e insiste na proposta de manutenção de homens em armas no combate ao gentio:

(...) que vosso antecessor Félix José Machado deu conta das hostilidades que os tapuyas fizeram nos moradores da capitania do Ceará, junta das Missões, que sobre este particular mandou fazer, de cujos pareceres resultaram expedir gente com cabos e ordens a fazer-lhe guerra e dar castigo, que as suas rebeliões e infidelidades mereciam, de que procedera o feliz sucesso de destruir tal gentio, ficando a capitania livre dos seus assaltos, e para que de todo se extingam estes bárbaros vos ordeno que, considerando o bom estado presente e as forças com que vos achardes para fazer esta guerra a continueis com todo o fervor para que assim ou se extingam estes bárbaros ou se afugentem de nós tanto que nos fique livre o uso da terra ou se faça nele tal estrago que os intimidem em forma que a mais se não atrevam, e fiquem meus vassallos livres de padecerem semelhantes hostilidades as que agora

¹⁰ BEZERRA, Antonio. *Algumas Origens do Ceará*. Ed. Fac-símilar. Fortaleza: FWA, 2009, pag. 149.

¹¹ BEZERRA, Antonio. *Op. Cit.*, pag. III.

experimentaram ¹²(...)

José Eudes Gomes, que observa a “territorialização do poder régio” na Capitania do Ceará no século XVIII, percebe que esse processo de territorialização teria se dado através da distribuição de grandes porções de terras, as sesmarias, assim como distribuição de patentes militares aos vassallos que prestaram serviços nas campanhas e na ocupação do território e ainda que se prestassem à colonização das terras setentrionais da América portuguesa. Tal troca de favores e produção de vassallos fiéis nos mais distantes rincões do Império, úteis aos interesses da Coroa e ao governo à distância paradoxalmente poderia acarretar na produção de potentados locais, com interesses díspares em relação às expectativas e projeções do centro do Império.¹³

Uma das características já bastantes discutidas na historiografia dos sertões da pecuária, diz respeito a esse primeiro momento de concessão de sesmarias, sendo concebido como absenteísmo dos grandes proprietários, entendidos como poderosos dos sertões. Novamente é Antonio Bezerra quem nos faz refletir sobre as características então assumidas e as marcas da violência evidenciadas nos comportamentos e nos modos de ser dos habitantes dos sertões, mais restritamente, nos sertões recém-ocupados da Capitania do Ceará. Bezerra, discutindo a violência e o vaqueiro daqueles idos de setecentos, afirma:

Logo que obtinha uma terra por sesmaria ou por escritura de compra, vinha o donatário comboiando os seus gados, como se lê em diversas petições, tomar posse dela, que daí por diante ficava a cargo do vaqueiro, tipo brutal e pouco menos feroz que o selvagem, que se desempenhava de suas obrigações, comia e dormia com o bacamarte na mão.¹⁴

Podemos então inferir a configuração e a organização social da Capitania do Ceará em meados do século XVIII marcada profundamente em seu cotidiano, em suas paisagens humanas e sociais pela experiência da guerra de extermínio ou guerra de “limpeza da terra”, como eufemisticamente foi denominada. A historiografia acerca da “efetiva colonização” do território que se constituiria como Capitania e posterior província do Ceará evidencia, em um primeiro momento, as dificuldades enfrentadas para a sua conquista e povoamento pelos vassallos da Coroa lusitana. Processo que se deu principalmente através da expansão da

12 Carta Régia, 27 de março de 1715. Ordem de sua Majestade que mandou ao Governador de Pernambuco. In: BEZERRA, Antonio. *Algumas origens do Ceará*. Doc. XVI. Pag. 206-207.

13 GOMES, José Eudes. *Op. Cit.*

14 BEZERRA, Antonio. *Op. Cit.* pag. 21.

pecuária extensiva e do recrutamento de tropas em fins do Século XVII no combate aos indígenas que se insurgiam ante a possibilidade de terem suas terras tomadas. Em meio a esse processo violento de campanhas, lutas e embates pela conquista da terra e pela força de trabalho indígena, que compunha as principais motivações às entradas e disputas na porção setentrional da América portuguesa, uma outra motivação se imiscuia sub-repticiamente através de pequenos indícios e, pela constituição de uma rede de boatos dava ânimos a aventureiros e conquistadores em suas prospecções no interior de uma porção pouco conhecida e explorada pelos vassallos da Coroa portuguesa: os mitos auríferos e geográficos dos sertões ocidentais, que iria ser alvo de investigações mais acuradas no último quartel do século XVIII.

Relatos, espacializações e geografias imaginativas

Em finais do século XVIII, a Coroa lusitana empreendeu uma série de modificações em suas instituições educacionais e científicas dando um passo decisivo nas apropriações e adaptações à filosofia das Luzes às contingências e características da sociedade lusitana da segunda metade do século XVIII. Assim, com a contratação dos italianos Domenico Vandelli e Giulio Mattiazzi¹⁵ para as instituições do reino como a Universidade de Coimbra (cujos Estatutos viriam a ser reformados com forte participação do próprio Domenico Vandelli em 1772), uma série de transformações ocorrem no âmbito das prospecções, do conhecimento e do reconhecimento das distantes terras do extenso império colonial.

Um empreendimento significativo nesse sentido diz respeito à elaboração das viagens filosóficas¹⁶, instituídas por Domenico Vandelli, e que contava com grande número de recém-formados na Universidade de Coimbra, estes eram enviados aos mais distantes rincões do Império Ultramarino português e incumbidos da elaboração das memórias filosóficas, descrições detalhadas de potencialidades e recursos naturais passíveis de serem exploradas,

15 Jardineiro botânico trazido de Pádua, na península itálica, em meados da década de 1760, foi o responsável pela administração econômica do Jardim Botânico e do Museu de História Natural da Ajuda, enquanto Domenico Vandelli ocupava a direção científica da mesma instituição. Verificar BRIGOLA, João Carlos. Domenico Agostino Vandelli – um naturalista italiano a serviço de Portugal e do Brasil. In: CAMARGO-MORO, Fernanda & NORONHA, Andréa (org.) *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. Coleção da Fundação BNP Paribas. Rio de Janeiro: DANTES Editora, 2008.

16 Para Lorelay Kury as viagens filosóficas no contexto do final do século XVIII “corresponderiam às viagens praticadas por homens de ciência capazes de perceber que a felicidade do gênero humano depende da elaboração de um inventário do mundo e da intensiva utilização dos produtos naturais. A concepção filosófica de economia da natureza permitiu que pessoas ligadas a Vandelli tivessem a percepção da necessidade da preservação das matas e da racionalização da exploração das riquezas naturais.” KURY, Lorelai, A filosofia das viagens: Vandelli e a História natural. In: CAMARGO-MORO, Fernanda & NORONHA, Andréa (org.) *Op. Cit.*, p. 75.

além de detalhamentos acerca de acidentes geográficos, topografia, características botânicas e físicas dos lugares analisados e ainda descrição das características “físicas e morais” dos mais distintos habitantes do ultramar.

Nessas representações do mundo natural elaboradas por esse grupo de ilustrados luso-brasileiros faz-se importante discutir algumas características das narrativas e relatos de viagens presentes nas memórias filosóficas, embora estas possuam suas próprias particularidades. A circulação de boatos, relatos e um processo de circunscrição de uma geografia imaginativa sobre terras ainda pouco exploradas se fizeram candentes nas variadas formas de se observar e conformar valores sobre os lugares descritos, conformações que ganham sobrevida ao longo do século XIX e que, ainda no início do século XX pode ser notada em alguns empreendimentos de prospecção de minérios e nas formas de ver o mundo natural e as gentes daqueles “dilatados sertões”.

A ideia de geografia imaginativa, formulada por Edward Said em “Orientalismo”¹⁷, ancora-se principalmente nas ideias de Gaston Bachelard¹⁸ e Claude Lévi Strauss¹⁹ e versa sobre a construção cultural de conceitos e imagens que acabam por se tornar canônicas e inabaláveis acerca de lugares e culturas distintas. Pensado como um conceito relacional, assimétrico e antitético, no caso de Said é analisada a formação de uma geografia imaginativa acerca do Oriente. Essa imagem é criada lentamente e pelos mais diferentes indivíduos, formula-se então certa estabilidade, ordem e reconhecimento sobre essa imagem. Na forma como opera a geografia imaginativa, isso é “alcançado pela discriminação e registro de tudo aquilo que a mente tem consciência em um lugar seguro e fácil de achar, dando assim as coisas algum papel a cumprir na economia de objetos e identidades que formam um ambiente²⁰.”

Nas assertivas de Bachelard, o espaço, para além de seu caráter instituído no campo da experiência concreta possui um outro campo, o do imaginário. Para o filósofo, “o espaço adquire um sentido emocional ou até racional por meio de um processo poético que faz a distância ser convertida em significado para nós²¹”. O mesmo processo ocorre com as considerações acerca do tempo. Estes conceitos e significações estariam imersos em

17 SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

18 BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2000. (1a edição 1938).

19 STRAUSS, Claude Lévy. *O Pensamento Selvagem*. 8a edição. Campinas: Papyrus editor, 1985. (1a edição, 1962).

20 SAID, Edward. *Orientalismo*, pag. 64.

21 Idem, pag. 65.

qualificativos imaginativos e mesmo ficcionais que estabeleceriam ao mesmo tempo uma diferença cultural e uma segurança. Nesse sentido, para Bachelard, a geografia, assim como as histórias imaginativas operam na intensificação e atribuição de sentidos, construindo uma identidade, e de forma coetânea dramatizando a distância e a diferença entre o que está próximo e o que está distante²².

Dessa maneira, o sentido que Said concebe ao conceito de geografia imaginativa versa sobre a instituição de um campo disciplinar, ou em outras palavras, uma força cultural. O Orientalismo seria então, “um conhecimento do Oriente que põe as coisas orientais na aula, no tribunal, prisão ou manual para ser examinado, estudado, julgado, disciplinado ou governado²³”. Nesse âmbito ficam claras também as apropriações de Michel Foucault²⁴ por parte de Said, notadamente acerca da constituição de uma formação discursiva acerca dos espaços. No entanto, o autor distancia-se de Foucault, ou ao menos localiza os relatos, narrativas, relatórios e escritos em um distinto campo de tensão, principalmente atentando para as individualidades, no que toca às marcas determinantes dos escritores individuais sobre o que de outro modo seria um anônimo corpo coletivo de textos²⁵.

A ideia de geografia imaginativa também passou a ser explorada por geógrafos culturais norte-americanos, com destaque para as pesquisas de Felix Driver²⁶ e Bernard Smith²⁷. Este último atenta em seus trabalhos para as dificuldades que “os europeus tiveram em reunir palavras, imagens, símbolos e ideias apropriados para descrever com precisão um ambiente desconhecido²⁸.” Embora Smith perceba o papel das descrições, pinturas e relatos e seu valor de dominação e controle, se mantém cauteloso quanto às ambiguidades e contradições das representações e a tensão entre as marcas individuais e o âmbito coletivo.

Ainda Felix Driver recentemente explorou o conceito de geografia imaginativa no sentido de perscrutar a criação e a formação da ideia de trópicos²⁹. Os trópicos, nesse sentido,

22 BACHELARD, Gaston. *Op. Cit.* 184.

23 SAID, Edward. *Op. Cit.* p. 51.

24 Principalmente FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*: Aula Inaugural no College de France, 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola: São Paulo, 1996. FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7a edição. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2008. (1ª edição, 1969).

25 SAID, Edward. *Op. Cit.* p. 34.

26 DRIVER, Felix. *Geography's Empire: Histories of Geographical Knowledge*. In: *Environment and Planning: Society and Space*, 1992, nº 10, pp. 23-40.

27 SMITH, Bernard. *European Vision and the South Pacific*. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*. Vol. 13, no 1/2. 1950, pp. 65-100.

28 Idem. *Op. Cit.* In: MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos Viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001, p. 26.

29 DRIVER, Felix. *Imagining the Tropics: Views and visions of the tropical world*. *Singapore Journal of Tropical Geography*. 25 (1). 2004. Pp. 1 -17.

“mais do que uma zona geográfica, é percebido como um instrumento para diferenciar natureza e sociedades³⁰.” Também de caráter relacional a ideia se mostra importante na percepção, criação e formação de alteridades e identidades. Então os “trópicos”, em contraposição a ideia de uma natureza e sociedade europeia, torna-se um elemento importante na incorporação de uma determinada zona ao imaginário geográfico ocidental, assim, mundos distintos acabam sendo atrelados ao mesmo arcabouço histórico temporal.

No Brasil, Luciana de Lima Martins, recentemente vem desenvolvendo pesquisas juntamente a Felix Driver sob as luzes da ideia de geografia imaginativa³¹, Martins, através de uma série de pinturas, relatos de viagens oitocentistas, mapas das sociedades hidrográficas britânicas e de relatos e gravuras de *surveyors*³², discute a formação e a elaboração de um cânone para a construção de uma paisagem do Rio de Janeiro através do olhar britânico. Martins aposta na tensão entre as representações individuais e o âmbito de um campo coletivo, colocando grande peso nas representações do que chama de paisagens do olhar, onde cada representação individual traria as marcas individuais e a subjetividade do responsável pelo ato de representar.

No que trata à Capitania do Ceará, com a efetiva colonização e avanço da pecuária, coetâneo às guerras de extermínio impulsionadas contra os indígenas em fins do século XVII e início do século XVIII, começam a se esboçar as primeiras relações descritivas, mapas populacionais, descrições geográficas, potenciais recursos econômicos a serem explorados, enfim, representações que almejam construir uma ideia para a Coroa lusitana acerca da capitania do Atlântico. No último quartel do século XVIII essas representações se avolumam a partir das penas de capitães-mores e ouvidores que se encontram de passagem na Capitania do Ceará e que passam a produzir relatos e relações descritivas. Essas representações e imagens lentamente vão conformando uma ideia da Capitania no Reino sobre possíveis riquezas minerais, sobre seus distintos habitantes, sobre aspectos físicos e recursos naturais a serem melhor aproveitados no aumento da Fazenda Real e “para o bem público” e nos permitem visualizar que tipo de imaginário era então veiculado sobre aqueles sertões e seus habitantes.

30 MARTINS, Luciana de Lima. *Op. Cit.*, p. 26.

31 DRIVER, Felix; MARTINS, L. L. (Org.). *Tropical Visions in an Age of Empire*. The University of Chicago Press, 2005.

32 O termo *surveyor* era utilizado para denominar os responsáveis pela elaboração de mapas e vistas das costas continentais visitadas pelos britânicos, como um potente auxílio na navegação costeira. Adveio do latim: *supervidere*.

Toda essa dinâmica em fins do século XVIII de cartas, relatos e relações descritivas por parte dos administradores coloniais passam a conformar no reino certa imagem da Capitania do Ceará que poderia explicar, em parte, a presença de naturalistas coimbrãos como João Machado Gaio³³ nos arredores da Serra de Ibiapaba, de Manuel Arruda da Câmara³⁴ na Chapada do Araripe e o próprio João da Silva Feijó, este, já então membro correspondente da Academia de Real de Ciências de Lisboa. Estes correspondentes, naturalistas, viajantes ajudam a construir e reproduzir lentamente certas dimensões acerca da geografia e história imaginativas dos lugares que iriam se defrontar, no entanto, são também tolhidos por outras questões e notícias já engendradas acerca daquelas paragens, tais como os “mitos auríferos dos sertões ocidentais”.

Mitos geográficos, relações e diligências na Capitania do Ceará Grande

No final da década de 1770, alguns dos mais abastados moradores do extremo oeste da Capitania buscavam negociar com a Coroa portuguesa a posse e o direito de exploração de minas encontradas na região. É o caso da viúva Francisca Xavier Borges, cujo marido, o Capitão Antonio Gonçalves de Araújo com tal descoberta possuía o direito de exploração de prata, cobre, chumbo e pedra hume da região da Serra de Ubajara. Através do requerimento à Coroa, a viúva pede para ser confirmada como sócia na exploração das minas de chumbo na qual o marido havia “gasto grandes somas de dinheiro e saúde, expondo-se a tantos perigos de vida, quando se conduzem semelhantes ações³⁵”.

Ainda no requerimento, a viúva aguça ainda mais o interesse de exploração, enumerando possíveis formas de potencializar a extração. As negociações com a Coroa, no entanto, remontam à década de 1750, quando o próprio Capitão Antonio Gonçalves reclamava seus direitos. Em resposta, em 1753, são postas as condições essenciais de exploração, dentre as quais alguns incentivos aos vassallos que por ventura encontrassem minérios aos quais

33 Naturalista luso-brasileiro formado na Universidade de Coimbra. Nascido em Pernambuco, Gaio foi o responsável pela viagem filosófica à Serra de Ibiapaba, na Capitania do Ceará Grande, em 1784. Verificar CAMARGO-MORO, Fernanda & NORONHA, Andréa (org.) *Op. Cit.*, pp. 183 – 189.

34 Manuel Arruda da Câmara (1752-1811), nascido na Capitania da Paraíba, cursou filosofia natural e matemática na Universidade de Coimbra. Doutorou-se em medicina na Universidade de Montpellier, na França, entre 1790 e 1791. Em 1793, tornou-se sócio da Academia das Ciências de Lisboa, mesmo ano que retorna ao Brasil. Entre 1794 e 1795 explorou o sertão de Pernambuco e entre 1797 e 1799 percorre Paraíba e Ceará. Escreveu sobre mineralogia, botânica, zoologia e agricultura.

35 Requerimento de Francisca Xavier Borges, viúva do capitão Antonio Gonçalves de Araújo, proprietário das minas de prata [d. Maria I], a pedir para ser confirmada como sócia nas minas do chumbo com quem concorra com a quantia necessária da exploração das lavras, 22 de novembro de 1777. Anexo: alvarás impresso e requerimentos. Caixa 9; Doc.: 561 digitalizados;

seriam concedidos “privilégios privativos para minerar nas minas de prata, que se descobrir, sem que outra alguma pessoa possa minerar prata nos sítios mineraes, que tem descoberto, ou descobrir ao redor das minas, ou veas descobertas, e isso por tempo de vinte anos ³⁶.”

Na década de 1790, o Capitão-mor Luís da Mota Feo e Torres enviou um ofício ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro e juntamente a tal relatório envia algumas amostras de pedras das minas de prata da mesma serra de Ubajara. A representação do Capitão-mor dá continuidade ao enredo mítico de uma terra pouco conhecida pela coroa com a existência de minérios a serem melhor explorados. Por outro lado, cabe salientar, que somente a partir do final da década de 1770, os relatórios e as relações descritivas acerca dos sertões do Império colonial português começam a tomar um maior vulto, isso em decorrência principalmente das reformas nas instituições científicas e educacionais no reino que passam a demandar dos vassallos das mais distantes paragens do Império representações e amostras sobre potencialidades naturais a serem investigadas.

Na década de 1790, as investigações e o conhecimento sobre as riquezas minerais e vegetais sobre a Capitania do Ceará Grande era ainda diminuto junto à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios do Ultramar. O que é interessante perceber é que mesmo nesse período sobejavam ainda os antigos “mitos geográficos dos sertões ocidentais” em relação às possíveis riquezas a serem devassadas e exploradas no interior da América portuguesa. No relatório oficial do Capitão-mor era alimentada a perseverança de que se continuassem as buscas, ao mesmo tempo em que faz remontar à esperança de encontrar outras riquezas minerais, propaladas desde os tempos da “conquista”.

Retomemos Sérgio Buarque de Holanda, que atenta para essa geografia fantástica quinhentista. Esta tinha como fundamento as narrativas que os conquistadores “ouviram ou quiseram ouvir dos indígenas”, contaminadas ainda por uma série de motivos arquetípicos, através dos quais “se interpretaram e se traduziram os discursos dos naturais da terra³⁷”. Em tal geografia fantástica quinhentista estava no horizonte dos portugueses a expectativa de encontro com as riquezas incomensuráveis, assim como o fizeram os espanhóis:

36 Alvará porque Vossa Magestade he servido permittir a todos os seus vassallos, que possão livremente em os seus Reaes Domínios da América, buscar Minas de prata, ou outros quaisquer mineraes, observando-se no seus descobrimento, datas, e repartições, em tudo mais, o mesmo, que se pratica com as de ouro, e que aos descobridores fará vossa Magestade as mercês, que foram justas, e correspondentes à qualidade, e utilidade, que resultar de seu serviço, como nele se declara. Registada a fol. 126 do livro II de provisões da Secretaria do Conselho Ultramarino. Lisboa, 14 de Mayo de 1753. In: Documentos Avulsos da Capitania do Ceará. Caixa 10. Doc. Nº 283, digitalizados.

37 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 83. (1ª edição, 1959).

Fosse qual fosse o verdadeiro quinhão de Portugal no Novo Mundo, um fato se impunha aqui, fora de toda dúvida, e era a perfeita continuidade, de todos reconhecida, entre o Brasil lusitano e as partes de melhor proveito nas Índias de Castela, que com ele confinavam pelo poente. Esta última consideração não era de pouca monta, sempre que se tratasse de decidir sobre a primazia em matéria de riquezas de toda sorte, e não apenas minerais, pois que uma opinião acreditada na época só poderia contribuir neste caso para dar-se a palma ao Brasil. Propínquo ao opulento Peru e sob as mesmas latitudes, porém a leste, neste seriam encontrados, por força, os mesmo produtos que se davam naquela província castelhana, e do mesmo e melhor toque³⁸.

Quase três séculos depois, em 1790, a ressurgência ou sobrevivência da geografia mítica se faz evidenciar no relatório oficial do capitão-mor do Ceará Grande, Luís da Motta Féo e Torres, que referindo-se às minas de difícil acesso na porção mais oeste da Capitania, afirma:

(...) quando se principiarão a abrir as ditas minas, sobre as quais se assentão todos os que tem alguma inteligência de mineralogia, que se profundessem e trabalhassem com tudo o necessário, darião conveniência, suppondo-se que elas só são ricas no fundo, e interior da terra, como succedem nas do Peru, sendo muito para notar-se que a mencionada serra de Ibiapaba se julga ser huma como continuação ou ramo das grandes cordilheiras, em que é abundante o dito metal, depois que entra nos confins da América hispaniola³⁹.

Uma série de outros relatos e pesquisas de ouvidores, capitães-mores e naturalistas em torno dos minérios da Capitania continuam a tecer o enredo dos mitos geográficos dos sertões, e trazem ainda consigo uma apreensão da Capitania como “os dilatados sertões”⁴⁰, que na representação do capitão-mor João Baptista Montauray, em 1782, aquele espaço seria um “dilatado sertão”, um vago espaço a ser melhor investigado em suas potencialidades. Imaginando as proporções tomadas por tais sertões, Montauray afirma que

O sertão he tão dilatado, que confina com a da capitania do Piauhuy, e tem comunicação com a de Mato Grosso, Serro do Frio e Minas Geraes. Este vasto território se acha presentemente esterilizado, pelo pouco cuidado, que se tem applicado ao seu aumento, podendo de outro modo vir a ser o mais florente de toda a America portuguesa.”⁴¹

38 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. Cit.* p. 110.

39 Fortaleza, 07 de junho de 1790. Ofício do Capitão-mor do Ceará, Luís da Motta Féo de Torres, ao secretário de Estado dos negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, remetendo pedras das minas de prata de Ubajara. In: Documentos Avulsos / Ceará. Caixa: 12; Doc. Nº 672; digitalizados.

40 Post. 1782. Ofício do capitão-mor do Ceará, João Baptista de Azevedo Coutinho de Montauray, ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo Castro, encaminhando um relatório geral sobre a Capitania. Anexo: Relatório. Arquivo Histórico Ultramarino. Documentos Avulsos / Ceará. Caixa: 9; Doc. no 591; Digitalizados.

41 Guilherme Studart, em estudo publicado na Revista do Instituto do Ceará sobre o período em que João Baptista de Azevedo Montauray foi Capitão-mor da Capitania do Ceará Grande (1782-1789), cita ainda uma Ordem Régia datada de 12 de maio de 1799, em que a Rainha D. Maria I pede melhores exames acerca dos rios

Montaury funde as imagens de um sertão vago e incerto em suas proporções com a ótica instrumental e utilitarista da Ilustração de apreensão dos lugares e dos povos como objetos a serem investigados e postos a serviço dos interesses da Coroa portuguesa de maneira mais pragmática. Essa ótica se acirra principalmente com a presença de naturalistas na Capitania nos últimos anos do século XVIII.

João da Silva Feijó e as investigações minerais

Em 1799, o naturalista João da Silva Feijó é agraciado com a mercê da Rainha D. Maria I com a patente de Sargento-mor de milícias da Capitania do Ceará “para onde deve partir, incumbido de vários objetos de História Natural, vencendo o ordenado de 400 mil réis”. A presença do naturalista na Capitania é interessante sob um duplo aspecto. A princípio, em razão de suas leituras e apropriações efetuadas do mundo natural a partir das fontes teóricas difundidas no reino no período de sua formação como naturalista, e pela forma como delas se apropriou no período de seus estudos coimbrãos, entre estas, a ideia das interdependências entre os seres e espaços naturais, concernente à “economia da natureza”, a leitura fisiocrata que tenta impor em seus debates com demais autoridades da Capitania e a filosofia natural como política.

Por outro lado, subjacente as suas principais representações nos primeiros anos residente na Capitania, suas atividades praticamente se resumem a intensa busca por minérios, em grande medida, enredado pelos mitos geográficos dos sertões ocidentais. Suas buscas se intensificam em relação ao ouro e principalmente à produção de salitre na Capitania. Em carta endereçada a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, ainda em 1799, Silva Feijó explicita o teor de suas primeiras investigações do terreno da Capitania:

Tãobem tenho examinado certo Sítio da Ribeira do Xoró, que se supõem ser o célebre Uxoró, de que se faz menção na História Geral das Viagens ao Brazil, onde dis haver grande habundância de Salitre, vertente das pedras, que ali se achão na distância da sua embocadura, se não me engano, dois dias de viagem pela terra dentro; de certo que ahi se encontrão huas pedreiras...⁴²

do Ceará, que desaguiariam no Amazonas. Cf. História Pátria: Azevedo de Montaury e seu governo no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. ANNO V, 1891, p. 16. Infelizmente não consegui ter acesso a tal Ordem Régia mencionada pelo eminente historiador.

42 Carta de João da Silva Feijó a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, 21 de dezembro de 1799. In: NOBRE, Geraldo da Silva. *João da Silva Feijó: um naturalista na Capitania do Ceará*. Fortaleza: GRECEL, 1978, p. 180.

Quanto ao ouro, o naturalista chega a escrever uma memória filosófica, a “Memória sobre as Antigas Lavras do Ouro da Mangabeira”, a respeito das explorações mineralógicas na porção central da Capitania, na Ribeira do Icó⁴³. A Memória foi escrita e enviada para o reino nos últimos meses de 1800, quando Silva Feijó tinha pouco mais de um ano de experiência e expedições no interior da Capitania. Em linhas gerais, o naturalista versa acerca da possibilidade de melhor exploração da região, reativando as antigas minas, e orientando sobre os métodos mais racionais para o melhor aproveitamento da Fazenda Real. O que se evidencia, entretanto, é que o pouco tempo de análise fez com que a memória escrita pelo naturalista emergisse enredada pelos mitos geográficos das riquezas incomensuráveis dos sertões ocidentais. Silva Feijó explicita tal crença, enredado pelos boatos e por poucos vestígios comprováveis quando afirma que

he vulgarmente constante que o mesmo [ouro] se nota, ainda, em maior abundancia no chamado Morro Doirado dali distante dez legoas para o sul; no Riacho do Juiz ali immediato; no das Melancias; na Fortuna; em Sta Catherina; e noutras infinitas partes nesta circunvizinhança; Lugares, que naquelle tempo, dizem derão grande porção de ouro; Não he menos vulgar a *notícia* de se encontrar este precioso Metal em outros sítios na continuação desta Cadêa de montes athe a Serra denominada a Grande, como em Mombaça, Inhamuz, Juré &c. donde parece se não deve julgar pobre hum terreno, que comprehendendo, pelo menos, secenta legoas quadradas, em qualquer parte dá mostras evidentes da existência física deste Metal, que por pouco que seja nunca pode deixar de fazer conta o seu aproveitamento⁴⁴.

As incertezas, a ordem do provável e os planos dos possíveis dão a tonalidade da memória. Sem evidências materiais de maior vulto que lhe conformasse acerca da exploração de tais minérios auríferos, Silva Feijó recorre às narrativas dos moradores dos arredores das antigas minas desativadas, e, dessa forma, levanta o histórico do processo minerador de uma maneira demasiada otimista, realçando indícios pouco comprováveis, e alimentando junto à Coroa uma imagem alentadora acerca das possibilidades de exploração mineral na Capitania. Na mesma memória, Silva Feijó ainda menciona o quão ricas haviam sido as minas por volta de cinquenta anos antes de sua chegada. Na sua narrativa, em certa medida fantasiosa em relação às vultosas potencialidades inexploradas, o naturalista explicita:

quando estas minas forão descobertas e que se permitio a liberdade de se

43 A Capitania do Ceará Grande possuía seu território organizado política e administrativamente por meio de ribeiras, respeitando o fluxo dos principais rios e caminhos existentes na Capitania. A Ribeira do Icó era parte de uma ribeira maior a Ribeira do Jaguaribe, existiam ainda as Ribeiras do Acaraú, na porção Norte da Capitania e a Ribeira do Seará, onde ficava a Fortaleza de Nossa Senhora de Assumpção. Sobre este aspecto PINHEIRO, Francisco José. *Notas sobre a formação social do Ceará* (1680-1820). Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.162

44 Memória sobre as antigas Lavras do Ouro da Mangabeira da Capitania do Siará. *Revista do Instituto do Ceará*. ANNO 26, 1912, p. 367.

trabalharem, concorrerão a ellas Mineiros de várias partes das Minas athe mesmo do serro do frio com os seus escravos já experientes neste trabalho: huns se empregarão em minas, e escavar os Montes para tirarem das betas que encontravão, o metal; o que comprovão as grandes e multiplicadas Catas que ainda se encontrão naquelles Sítios, e alguas dellas tão dillatadas, como profundas; outros porém se contentarão em o faiscar pelos Riachos no tempo das chuvas, e em quanto elles conservavão agoas para as bateações, trazendo neste exercício empregados seus Escravos, a jornal de pataca, no que alguns destes mais dilligentes se forrarão, com o excesso que tiravão e para isso ajuntavão corgos, riachos se tem descoberto e se elles tem achado alguma cousa o guardam em segredo para se hirem pela surdina utilizando.⁴⁵

O naturalista referia-se à década de 1750, quando entre 1752 e 1758 foram abertas as minas de São José dos Cariris como um empreendimento do Capitão-mor José Correia de Sá, e que, de fato, segundo a documentação levantada por Guilherme Studart, teve presença de mineiros de muitas partes do Estado do Brasil, principalmente “dos Goyases e Pinaré”. Quanto a extração propriamente dita, a carta do Capitão-mor Correia de Sá ratifica as assertivas afirmadas pelo naturalista Silva Feijó cinquenta anos depois acerca do grande número de mineradores, entretanto, lança sérias dúvidas acerca da quantidade de minérios auríferos extraída. O Capitão-mor explicita na missiva que tais mineiros vieram acompanhados de um grande número de escravos, no entanto, pergunta-se se são de fato homens escravizados ou fugidos de outras paragens da América portuguesa. E que acerca de ambos, mineradores e escravizados, “nunca acabo de entender que casta de homens são nem donde vierão”, e que tais “tem esfuracado quantos corgos, riachos se tem descorberto e se elles tem achado alguma cousa o guardam em segredo para se hirem pela surdina utilizando”⁴⁶

O próprio Correia de Sá, Capitão-mor do Ceará Grande e grande entusiasta da exploração nas minas na porção sul da Capitania colocava em questão o empreendimento por perceber que a exploração, mesmo com a presença de um grande número de mineiros, bateeiros e faiscadores falhava fragorosamente, sem angariar os proveitos para a Fazenda Real e sem a obtenção dos quintos requeridos pelo monarca. Em uma carta distinta, datada de 14 de janeiro de 1754, desta feita endereçada ao Ministro do Ultramar Thomé Joaquim da Costa Corte Real, o mesmo Capitão-mor Correia de Sá afirmava que a presença do ouvidor da Capitania, Alexandre de Proença Lemos, lhe causava demasiados embaraços e despropósitos,

45 Memória sobre as antigas Lavras do Oiro da Mangabeira da Capitania do Siará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO XXVI, 1912, p. 368.

46 STUDART, Guilherme de. A exploração das Minas de S. José dos Cariris durante o governo de Luiz Joseph Correa de Sá segundo a correspondência do tempo. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO VI, 1892, p. 21.

principalmente em razão de que,

“tem tomado por sua conta introduzir a todos os que pode que nam há ouro nos Kariris, que sam minas imaginárias; e nam há dúvida que estas vozes, ainda que sejam de um homem de pouca capacidade, como sam de hum ministro que lá esteve, e lhe nam chegam a penetrar o motivo de desplicência, a muitos tem posto no receio de hirem aos Kariris sem acharem as conveniências que podia esperar naquele districto”⁴⁷.

Em certa medida tinha razão o ouvidor Proença Lemos, e de qualquer forma, baldava-se os vultosos esforços do capitão-mor Correia de Sá assim como de seu sucessor, Diogo Lobo da Silva na manutenção do empreendimento de exploração das minas, e, por conseguinte, em resolução de setembro de 1758, decretava-se que, “não se minerasse mais nas Minas dos Cariris nem em outra alguma, que nestas Capitánias aparecesse, na consideração do prejuízo, que delas se tem seguido, com perda não só da Sua Real Fazenda, mas de seus fiéis vassallos”, acrescentando ainda que as atividades se tornaram demasiado prejudiciais principalmente em razão da euforia e da possibilidade aventada pelos moradores e mineiros de encontrar tais riquezas minerais há muito sussurradas, afirmando que “o incômodo resulta de estes não applicarem sua indústria a agricultura e comércio, de que se faz verossímil tirariam as utilidades, que no caminho, que seguiram, não perceberam”⁴⁸”

Apesar da supressão ainda restaram os rumores e os boatos, assim como a possibilidade aventada do enriquecimento rápido de parte da população em travar encontro com um veeiro do metal aurífero. Desse modo, o naturalista Silva Feijó, em dezembro de 1800, eivado de esperanças da possibilidade de uma nova abertura das minas, explicita então uma série de indícios da provável existência do metal, numa tentativa baldada de reanimar a Coroa no investimento minerador:

o certo he que ainda hoje no tempo das chuvas são frequentes os Faisqueiros, que introduzidos por aquelles dezertos, e riachos, munidos de hua Batêa e hum almocrafe, tirão seu proveito; e os oirives, que por estas partes são frequentes, delles recebem a matéria primeira para fazerem a multiplicidade de obras de oiro, que adornão a cada passo os habitantes desta Cappitania; donde parece serem estas mais outras provas convincentes da existência fízica deste Metal nestes Montes.⁴⁹

Entre os indícios levantados pelo sargento-mor Silva Feijó, ressalta a presença dos

47 Idem, p. 21.

48 Resolução Régia de 12 de setembro de 1758. In: STUDART, Guilherme. *Notas para a História do Ceará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. p. 118.

49 Memória sobre as antigas Lavras do Oiro da Mangabeira da Capitania do Siará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO XXVI, 1912, p. 369.

ourives na Capitania, desconhecendo ou ignorando a supressão por parte da Coroa da profissão na América portuguesa por meio da Ordem Régia de 30 de julho de 1766, que percebia os ourives como partícipes no extravio do ouro no Brasil, e assentava que como pena teriam “a cominação de serem-lhes tomados todos os utensílios da sua arte, se continuassem a trabalhar”⁵⁰. Tal resolução vogaria até agosto de 1815, e na Capitania do Ceará, somente em abril de 1816 o governador Manuel Inácio de Sampaio iria mandar executar o Alvará revogando tal proibição. De qualquer maneira, mesmo crendo na presença de valentes ourives que se arriscavam frente às proibições e ordens régias parece pouco provável serem tais artesãos “frequentes”, e ainda muito menos provável o metal aurífero como adornando “a cada passo os habitantes desta Capitania”. Dessa forma, a proposição do naturalista assemelha-se mais a alimentação de seus anseios e expectativas frente à possibilidade da criação de minas, que em seu relato tomava vultos de grandes projeções.

O empreendimento suscitado pelo naturalista tomava tal forma que ele conseguia prever e prevenir as autoridades no centro do reino sobre alguns empecilhos, à parte a produção sobre a qual possuía certezas inquebrantáveis que poderiam acarretar na ruína da mineração. Deste modo, na região dos Cariris, no sul da Capitania, Silva Feijó pretendia reorganizar a própria produção agrícola dos moradores dos arredores da Chapada:

e porque o tempo do Inverno, que he o mais opportuno para o trabalho das Minas, tao bem o he para o da Agricultura daquela Ribeira, no que se implica, occazionando em tal cazo a falta de viveres para a prevenir esta, parece-me conveniente lembrar que o Paiz dos Caririz, Termo da Villa do Crato, he tão fertil, que permite a cultura dos vegetaes em todas as Estaçoens pela exhuberancia de agoas de rega. Assim para haver este mantimento em abundancia, que venha supprir nestas Lavras, será conveniente, que se determine por Ordem posetiva, e inalteravel, que os Lavradores daquelle Termo, que não possuírem de seu sête Escravos de trabalho, não cultivem cannas, como abuzivamente fazem, e menos tenham as costumadas Engenhocas de rapaduras; Sim plantem só a mandioca, o feijão, o milho, e o arroz, para com isto suppirem os Mineiros, permitindo-se livre suas vendas⁵¹

Para além do aumento das plantações de gêneros de subsistência para alimentação dos mineiros e faiscaidores, a proibição do plantio e da produção das canas de açúcar possuía uma outra precaução. Como nos remete novamente Sérgio Buarque de Holanda, “a cana de açúcar não era hóspede que as administrações coloniais vissem com bons olhos perto de lavras auríferas, e inúmeras foram as medidas adotadas, ao menos no papel, para evitar suas

50 STUDART, Guilherme. *Notas para a História do Ceará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. p. 29.

51 Memória sobre as antigas Lavras do Oiro da Mangabeira da Capitania do Siará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO XXVI, 1912, p. 370-71.

propagação em tais sítios.” O motivo provável relatado por Sérgio Buarque seria a precaução por parte das autoridades coloniais, que, com os canaviais surgissem os engenhos de aguardente, e com eles os distúrbios ocasionados pelos embriagamentos e o alto consumo das aguardentes, segundo Rodrigo César de Menezes, governador da Capitania de São Paulo, “a principal causa de muitas desordens, além de ser a perda dos negros”⁵².

No entanto, diferente da memória filosófica, em missiva do mesmo ano de 1800 o naturalista Silva Feijó lamenta a proporção de minérios auríferos encontrados. Com um tom de decepção endereça a missiva a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, no entanto, afirmando que a baixa produção teria se dado unicamente em razão da época do ano, o período de estiagem:

a estação a mais inconveniente por seca não me permitio que fossem circunstaciadas, e o producto do trabalho mais interessante, como deviam sêr; pois que empregando-me, quase todo o tempo que ali estive, em infrutíferas escavações para encontrar hua beta, e veieiro de oiro, rico, que foi deixado quando se prohibirão aquellas minas, só obtive 3/8 e 1/4 de oiro, que fis entrega ao mesmo Governador; cuja amostra persuado-me será entrega a V. Exc.a, juntamente com as do excelente Ferro, e Amianto que ali encontrei⁵³.

Do mesmo modo, em dezembro de 1800 o próprio Governador da Capitania Bernardo Manoel de Vasconcelos explicita após algumas investigações sobre as condições de exploração de tais minas de ouro, a sua pouca utilidade para o aumento da Fazenda Real, colocando dessa forma, embaraços para sua manutenção por parte da Coroa:

O que posso porém informar a V. Exc.a sobre as ditas Minnas he, que a vista da diminuta porção de três oitavas doiro que em quarenta e cinco dias pode se extrair as quaes remetto a V. Exc.a em duas vias, a mettade em cada huma; e que assistindo eu a bateação da terra naquellas Lavras esta mostrava tão tenue porção daquelle metal, que asento não ser de utilidade a Real Fazenda estabelecer-se por ella a Administração das ditas Minnas, e só sendo do Agrado de Sua Alteza Real, que se empregue o uzo da Faiscação, mas não por conta da mesma Real Fazenda, só sim publica aquelles que nella se quiserem empregar pagando o quinto a sua Alteza Real e comprando-se-lhes as quatro partes do Oiro a razão de mil e duzentos reis;⁵⁴

O Capitão-mor, apesar dos poucos resultados obtidos ainda acreditava na exploração

52 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1945. p. 78.

53 Carta sobre as antigas Lavras do ouro da Mangabeira. In: NOBRE, Geraldo da Silva. *João da Silva Feijó: um naturalista no Ceará*. GRECEL: Fortaleza, 1978, pp. 195-196.

54 Carta do Governador Bernardo Manoel de Vasconcelos a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, 31 de dezembro de 1800. In: NOBRE, Geraldo da Silva. *João da Silva Feijó: um Naturalista na Capitania do Ceará*. Fortaleza: GRECEL, 1978, p. 198.

das minas, deixando-as porém à exploração por parte de particulares na Capitania. Tomemos como contraponto então a “Descrição Geográfica” de Antonio Rodrigues de Carvalho, que no ano de 1816, relatava de forma bastante diversa os mesmos empreendimentos. O ouvidor, acerca das mesmas “lavras” propaladas pelo sargento-mor, explicitava que “no tempo das águas alguns moradores miseráveis faiscam algum ouro, mas em tão pouca quantidade que de todo custa a ajuntar-se alguma oitava, segundo me informam⁵⁵”. O relato do ouvidor acerca da produção da mineração também ancorava-se nos rumores e nos boatos dos moradores, no entanto, Rodrigues de Carvalho se mostra muito mais descrente acerca do empreendimento. E suas evidências, quando conta o que viu, se mostram igualmente desalentadoras quanto à mineração na Capitania, afirmando que “encontra-se em Villa Nova de El-Rei, no riacho do Juré; no Curumatam também se encontra em folhetas, e deste vi obra de meia oitava, mui desmaiado e impuro, e mais dificultosamente se encontra⁵⁶”.

No entanto, tais evidências contrárias não chegam a invalidar a propagação dos mitos auríferos, e a rede de boatos e rumores continuava sendo tecida. Anos depois, no relato de viagem do naturalista escocês George Gardner, que atravessou os sertões da Capitania em meados da década de 1830, as mesmas minas de ouro de Lavras da Mangabeira seriam objeto de observações do britânico. Gardner colocava em perspectiva o mito geográfico dos lusitanos e atentava para os poucos resultados obtidos em tais minas em contraposição às grandes expectativas engendradas:

De tempos em tempos se tem aí estabelecido lavagem de ouro, sem nenhum resultado satisfatório, tendo sido a maior destas tentativas realizadas cerca de dois anos antes de minha chegada. O presidente da Província com outras pessoas organizaram-se em sociedade e mandaram vir dois mineiros ingleses para dirigir as operações; tinham continuado em seus labores até dois meses antes, quando o trabalho foi abandonado. Cerca de um ano mais tarde encontrei um desses mineiros em parte bem remota do país e deles ouvi que o ouro existe em quantidade demasiada pequena para compensar o custo da extração. Outro empecilho era a falta eventual de água⁵⁷.

No entanto, o que se torna mais marcante acerca da sobrevivência dos mitos auríferos e da contínua constituição de uma geografia imaginativa até o último quartel do século XIX, é inclusive a presença no final da década de 1850 da Comissão Científica de Exploração, donde uma das preocupações em relação ao reconhecimento da agora província longínqua e pouco

55 Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará, pelo coronel de engenheiros Antonio José da Silva Paulet. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO XII, 1898, p. 11.

56 Idem, *Op. Cit.* p. 11.

57 GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil*. Tradução de Milton Amado. São Paulo: Itatiaia, vol. 13, 1975, p. 89.

conhecida aos olhos do Império brasileiro estava a tarefa de verificar as riquezas minerais⁵⁸. Não obstante, há historicidade e espaço de transformação nas geografias imaginativas. No final do século XIX ocorreria uma transformação dramática acerca do imaginário sobre aquelas paragens quando as narrativas acerca do mundo natural e mundo social seriam conformadas a partir de uma outra ideia, pautando-se a partir da grande seca de 1777-79 no imaginário da terra da estiagem e da morte, dos flagelados, dos migrantes, de pessoas violentas e de fanáticos religiosos⁵⁹.

Tais geografias e histórias imaginativas são um modo de conformar os lugares e o tempo em um lugar seguro na mente e se configuram como relações de poder assimétricas e antitéticas, como ressalta Said. Sendo esboçadas sobre o outro e sobre o pouco conhecido são violentas por produzirem estereótipos que se arraigam e sobrevivem. Acerca dos “mitos auríferos dos sertões ocidentais”, aspecto notável de uma construção imagética sobre as porções setentrionais do Brasil, mesmo no século XX a expectativa de ainda se encontrar as jazidas auríferas ainda grassariam em estudiosos como Horace Williams, que em 1933 escreve um pequeno estudo no *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro* ressaltando a condição “privilegiada e prometedora do Estado”, e afirmando “a situação transparente quando se estuda a qualidade e a distribuição das rochas variáveis que se encontram na área desse Estado. Lembramos da frase do velho mineiro-prospectador “ther'is gold in those hills, mostrando a sua fé de ofício⁶⁰.” Enfim, cabe ressaltar que esse aspecto do imaginário remanesce latente, e por parâmetros e paradigmas distintos continuava sobrevivendo e ainda movimentando atividades e apreensões inclusive de estudiosos, mesmo que a geografia imaginativa sobre aquele espaço tenha sofrido uma dramática reviravolta.

58 Sobre a Comissão Científica de Exploração e a relação com o ouro na Província ver. SANTOS, Paulo César dos. *O Ceará Investigado: A comissão científica de 1859*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, 2011.

59 Sobre a propagação de imagens e constituição de um imaginário arraigado acerca do Nordeste ver principalmente ALBUQUERQUE, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

60 WILLIAMS, Horace. Ouro no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: ANNO XLVII, 1933, p. 02. Publicada anteriormente no *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*, em 15 de janeiro de 1933.